4COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – 10/07/2003

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48

Aos dez dias do mês de julho de 2003, às quinze horas e dez minutos, na sala de reunião(sala 42) da SES-TO, deu-se início a Reunião Ordinária da COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, pelo Senhor Presidente-Substituto Petrônio Bezerra Lola, com as presenças - **SES:** Madson Teles de Souza/ Diretoria de Assistência a Saúde, Liliana Rosicler T. N. Fava/ Diretoria de Vigilância á Saúde, César Manuel Garcia Touza/ Diretoria de Administração e Finanças, Ruth Mercês L. N. Paranaguá/ Diretoria Técnica de Saúde. **COSEMS:** Furtunato Soares Barros-SMS/Gurupi, Adriana Nunes de Oliveira-SMS/Palmas, Bonfim Dias Noletto- SMS/Pedro Afonso, José da Silva- SMS/Augustinópolis, Nilton Vale Cavalcante-SMS/ Colinas **Suplentes:** Áurea Maria Casagrande da Luz- SMS/Araguaína, Edinalva Aires da S. Ribeiro- SMS/ Silvanópolis **CONVIDADOS:** Marlene Alves Lopes Rodrigues- Imunização, Maria Luíza Salazar Freire- Coordenação de Vigilância Epidemiológica/SESAU. Hemerson Pereira- SMS/ Porto Nacional, Sebastião Francisco de Moura- Araguatins. O Presidente Substituto Petrônio Bezerra Lola, justifica o atraso e procede à apresentação da pauta excluindo o item 01 a pedido do município de Palmas, sendo aprovada seguindo a ordem: ITEM 01 – APRECIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA SUSPENSÃO DE REPASSE MUNICIPAL DE RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS, QUANDO DA DETECÇÃO DE IRREGULARIDADES NO CUMPRIMENTO DA PPI-ECD, como já foi apresentado em reunião anterior o presidente coloca que fica aberto o espaço para alguma colocação, em não havendo é colocada em votação com aprovação de todos os presentes. ITEM – 03 APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO CONTRA O TÉTANO NEO-NATAL EM MULHERES EM IDADE FÉRTIL- Marlene Alves Rodrigues coloca que essa campanha teve início na primeira etapa de multi-vacinação, mas o ministério ainda irá fazer uma abertura oficial envolvendo todos os secretário para tratar sobre o recurso e seus critérios, neste plano que será executado pelo município com até 1.000 nascido e os municípios grandes como Palmas, Araguaína e Gurupi, não entrarão pois tem mais de 1.000 nascidos e já na primeira etapa receberam mais recursos que os demais, esses no entanto não serão cobrado cobertura de 100% e a orientação é que se faça a campanha nas áreas de maior risco, onde a pobreza está mais acentuada, orientando a todos que aproveitem a mídia nacional que deixará a população mais acessível. No nosso estado 136 municípios estão aptos para realizarem esta campanha dentro dos critérios, e todos se encontram com o plano em mãos que após apreciação será enviado a TRIPARTITE e depende desse plano para os recursos serem enviados aos municípios e gastos conforme a planilha apresentada. A secretaria já foi informada do plano por parte do Ministério da Saúde e articulará através de sua comunicação para divulgação em todo o Estado. Em relação a capacitação do PACS cujo assunto foi discutido a nível de Brasil, talvez a OPAS estará passando recursos, mais em relação ao material de divulgação a OPAS já assumiu o compromisso. A expositora retorna aos recursos e explica que serão separados por micro- região levada em conta a extensão demográfica e zona rural, que será multiplicado o valor para as regiões de difícil acesso. Nada mais a colocar a expositora agradece a apresentação. Dr. Petrônio pede desculpas a mesa pela presa para apreciação desse plano justificando que foi recebido estas instruções por parte do Ministério a pouco mais de uma semana. Sem nenhuma objeção fica a aprovado. INFORMES- Madson Teles Sousa informa que na ultima reunião do CES foi aprovado o Manual de Tratamento fora Domicílio-TFD do Estado

49 que deverá estar sendo enviados a todos os presentes, deixa claro que este não é um
50 manual fechado estando sujeitos a sugestões a serem discutidas em plenário e aprovadas
51 pelo Conselho. O segundo informe é que o Teto das microrregiões da PPI já está pronto e
52 será entregue para todos, mas podendo fazer ainda alguns acertos se preciso e como já
53 foram pactuados não será necessário pedir aprovação hoje somente efetuar sua publicação
54 e posteriormente enviar a todos, principalmente para cada sede de micro região, que
55 conforme o planejado será visitada cada uma delas. Linvalda Araújo Rodrigues fala sobre o
56 pacto da Atenção Básica que no início houve uma baixa adesão, mas agora todos os 139
57 municípios já fizeram suas pactuações e será enviado ao Ministério no prazo determinado
58 que é o dia 11 de julho. Dr. Petrônio abre o espaço para assuntos gerais. José da Silva
59 pergunta como vão ficar os hospitais com o término do contrato com a Pró Saúde. Dr.
60 Petrônio responde que no dia 31 de julho será instinto o contrato, a Pró Saúde se afastará
61 e a secretária assumirá os Hospitais, devido a emergência foi visto que existem alguns
62 coordenadores e diretores que tinham o perfil para continuarem na administração nesse
63 primeiro momento e foram convidados para serem funcionários públicos nomeados e
64 continuarem na administração por possuírem um bom relacionamento com as populações,
65 os mesmo já receberam as novas coordenadas e que a partir do dia 1º trabalhem como
66 funcionários públicos. Adriana Nunes de Oliveira questiona sobre os cadastros de muitos
67 hospitais do estado que eram conveniados com a Pró Saúde como hospitais filantrópicos,
68 onde cada um desses hospitais fizeram um contrato que encerrará agora dia 31 de julho, e
69 os serviços que a maioria tem que comprar são terceirizados, serviços de apoio e de
70 diagnóstico, serviços de maior complexidade, então precisamos saber se esses serviços
71 continuarão sendo disponibilizados pelos hospitais porque agente precisa estar renovando o
72 contrato e seria com a secretaria de Estado. Dr. Petrônio responde que com a absorção
73 dos hospitais pela Secretaria nós começamos detectar um mundo de problemas, inclusive
74 de terceirizados, que com a Pró-Saúde ou com outra filantrópica podem ser feito o contrato,
75 nós estamos com uma equipe trabalhando o tempo inteiro para legalmente e juridicamente
76 resolver todos estes problemas. José Donizete afirma que todos os prestadores estão sendo
77 convidados pela SES para ser processado a documentação e nenhuma interrupção está
78 sendo feita, em relação a prefeitura de Palmas o caso está sendo estudado e pode não ser
79 um contrato e sim um convênio agora quanto aos prestadores de serviço dos hospitais
80 estamos fazendo o possível para que todos eles continuem prestando serviços. José da
81 Silva apresenta sua preocupação mais como uma preocupação política agora que o nosso
82 hospital passou para o Estado pois continuará a atender o Sul do Pará, parte do Maranhão
83 e todo o Bico do Papagaio. Madson Teles responde que a PPI vai ajudar muito e que agora
84 em agosto ela já entra em funcionamento e apesar dos hospitais estarem voltando para a
85 gestão estadual, ela já contempla todo um direcionamento do atendimento melhorando
86 muito a organização do serviço. Maria Geresa questiona sobre a cota de ultra-sonografia do
87 seu município onde a PPI contempla 150 que ainda não é o suficiente para sua região e se
88 será preciso comprar esse serviço. Madson responde que está sendo estudado formas de
89 convênio entre os público que irão repassar para a PPI. Dr. Petrônio coloca que não
90 haverá perdas para ninguém tanto profissional como para o município, será feito estudos
91 para tentar um novo poder de gestão em relação ao serviço de terceirização. Adriana
92 oliveira pergunta se os hospitais continuarão sendo público gerenciados por uma entidade
93 que vais ser terceirizada. Dr. Petrônio responde que terá que obedecer as normas que a
94 secretária trará. Bonfim Dias Noletto pergunta se não seria interessante a municipalização
95 desses hospitais. Dr. Petrônio responde que todas as idéias poderão ser analisadas, mas
96 as experiências que temos é que alguns municípios que quiseram assumir seus hospitais e

97 num período relativamente curto entregaram, e nesse momento seria complicado se pensar
98 nisso pois todas as unidades estão com dificuldades em se manter e ao final a população é
99 que poderia sofrer com essas experiências. Bom fim Pede que se crie uma política
100 diferenciada para os hospitais municipais e dá como exemplo a arrecadação do Hospital
101 comunitário de Guaraí em relação ao hospital de Pedro Afonso, que é municipal. Dr.
102 Petrônio coloca que não se tem uma dotação orçamentária para este fim e é preciso muita
103 cautela, pois vários prefeitos vem aqui dizendo que vão entregar seus hospitais e para não
104 cometer mais esses erros os municípios precisam ter mais planejamento antes de assumir
105 essas unidades para que ao final a população não fique prejudicada. Madson acrescenta
106 que sua diretoria tem duas prioridades específicas neste momento que é a transição dos
107 hospitais, recadastramento das unidades de saúde e todas as unidades terceirizadas para
108 que ao final o paciente não fique penalizado. Após os debates Dr. Petrônio justifica a
109 ausência do Ministério Público Estadual. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente
110 Substituto agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às dezessete
111 horas e vinte e cinco minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que, depois de lida
112 e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Substituto e demais membros presentes.
113 ASSINATURAS:

José da Silva

~~Assinatura~~

Pedro Afonso

José - Guaraí